
A abordagem ganha-perde nas relações internacionais

Telma de Fátima Pressotto*

Resumo

O presente artigo objetivou apresentar a abordagem adotada nas relações entre os países que permearam todo século XX correlacionando com os acontecimentos atuais, de forma a inferir se houve mudança na forma das relações. Para isso, o procedimento metodológico utilizado foi a revisão histórica correlacionada aos acontecimentos atuais. O resultado alcançado com a pesquisa foi a constatação de que os relacionamentos internacionais foram e, apesar da evolução, ainda são de ganha-perde, com a visão de que para um lado se ganha e, para outro, perde-se. Concluiu-se que é em virtude dessa abordagem ganha-perde nas relações internacionais que a economia mundial se desequilibra ciclicamente por não permitir um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Relações internacionais. Crises. Economia.

* Mestre em Relações Internacionais; professora da Celer Faculdades e Unoesc *Campus* de Xanxerê; Rua Ricardo Parizi, ap. 301, Bairro Ari Lunardi, São Lourenço do Oeste, SC; thelmapressotto@uol.com.br

1 A ABORDAGEM GANHA-PERDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

O conhecimento do passado é, no entendimento de Galeano (1983), imprescindível. Escreve ele que “[...] a história é um profeta com o olhar voltado para trás, pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.” Não apostando na incisividade de Galeano, é certo, porém, que o conhecimento do passado e a evolução das relações facilitam a incompreensão de alguns acontecimentos atuais.

Assim, busca-se fazer uma revisão histórica correlacionando com os acontecimentos contemporâneos, comparativamente, de forma a inferir mudanças nas formas de relações, bem como verificar a influência dessa abordagem nas relações para o desenvolvimento sustentável dos países.

1.1 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL – MOTIVAÇÕES E RESULTADOS

No fim da década de 1890, havia três grupos de poder na Europa: o império britânico, a aliança franco-russa e a Tríplice Aliança, formada pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália. As disputas entre eles provocaram a Primeira Guerra Mundial, o fim dos impérios e o surgimento de novos países.

A indução da guerra aconteceu em virtude da abordagem ganha-perde, mantida por povos e territórios, em diversas partes do mundo, e comprovada nas pretensões imperialistas; a acumulação de riquezas e a produtividade ocasionaram acirrada disputa de mercados, em que indústrias e países, em busca de recursos naturais, mão-de-obra mais barata, consumidores e expansão territorial, levavam países industrializados, como Inglaterra, França e Alemanha, a disputar colônias na África e na Ásia, utilizando, para isso, a força dos exércitos. Ao mesmo tempo, tentavam impedir a expansão colonial dos concorrentes; os demais países, com técnicas de protecionismo não-justificáveis.

Contemporaneamente, as ações não são muito diferentes, os interesses e ambições lideram a busca por renda fácil, ou seja, investidores correm mais ris-

cos na busca por maiores ganhos, e esse fator, ciclicamente, põe em risco a economia mundial. Ao invés dos estados regulamentarem a prática de investimentos financeiros globais, utilizam suas reservas para intervir no mercado, salvando e garantindo o retorno da renda fácil, com a justificativa de manter o equilíbrio econômico mundial. Bancos, setores e, principalmente, especuladores, salvam-se e continuam a manter o ciclo em que o indivíduo que lidera os investimentos, principalmente os socialmente parasitários, interfere, sobremaneira, na economia mundial e, pela interferência estatal, escapa do caos que provocam.

No início do século XX, o clima competitivo existente impeliu a formação de alianças políticas com o objetivo de somar forças. As Alianças e Tratados firmados dividiram a Europa de 1907 em dois grandes blocos: Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) e Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia).

As alianças de hoje dividem o mundo entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, bem visto nas últimas reuniões: de um lado da mesa, o poderoso G-8, grupo dos sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia; do outro lado, os em desenvolvimento que, inclusive, abandonaram a última rodada de negociação, o não tão famoso nem poderoso G-4, representado pelo Brasil e Índia, na luta por menos subsídios, distorcendo o comércio internacional.

A estratégia de desenvolvimento, mediante a rivalidade comercial e territorial, apontada como o principal motivo da eclosão da Primeira Guerra Mundial, é visualizada hoje nas ações competitivas das nações, em que os impérios colonialistas foram substituídos pelas transnacionais que invadem territórios com inovações tecnológicas e o marketing discutível de massa.

O protecionismo do início do século XX, aliás, utilizado em larga escala, comprovado na adoção do mercantilismo puro, no qual a ordem era exportar, sendo as importações coibidas, tornando o comércio mundial uma via de mão-única, persiste ainda, embora disfarçado hoje, pela defesa à vida e à saúde, isso apesar das rodadas de negociação, comandadas pela

Organização Mundial do Comércio, no sonho da implementação do livre comércio no mundo.

1.2 ACORDOS DO FIM DA GUERRA

Em Versalhes encontram-se as raízes da ascensão do nazismo e vê-se novamente a prática da abordagem ganha-perde, em que, sem negociação, a decisão unilateral coube aos três grandes: França, Inglaterra e Estados Unidos, ao excluir a Alemanha da economia de mercado e, fazendo isso de forma humilhante, desarmando-a e obrigando-a a pagar reparações.

Assim foi que a dissolução moral e a desordem econômica se juntaram ao nacionalismo envergonhado e ao ressurgimento do espaço vital, marcando a geopolítica fortalecida e reclamando terras povoadas por alemães. Esses foram os fatores que proporcionaram a ascensão fulminante de Hitler, em 1933, que, com a destruição da ordem republicana e a proclamação do Terceiro Reich, anunciou a deflagração do conflito, mostrando que a estratégia de desenvolvimento dos países continuava a mesma: colonialismo, protecionismo, imperialismo, especificamente ganha-perde.

Uma das vozes que se levantou para alertar do perigo em, não integrar os vencidos, foi a do economista John Maynards Keynes (apud HOBBSAWM, 1995, p. 42) que reconhecia que essa abordagem ganha-perde dos vencedores, ratificada por uma paz punitiva, imposta, arruinava as escassas possibilidades existentes de restaurar a estabilidade européia, bem como, sem reconhecimento e aceitação do peso econômico da Alemanha, não haveria estabilidade.

A história avalizou as palavras do economista, porque, ao invés de os vencedores produzirem uma arquitetura estável no conjunto do continente, foco de rivalidades, multiplicaram-se as zonas de tensão, e humilhados, os alemães, usaram a mesma estratégia para o resto da Europa, na Segunda Guerra Mundial; como visto, o resultado final foi que todos perderam.

Hoje, o Fracasso da Rodada de Doha, que negocia avanços no comércio agrícola, não contribui para integrar o mundo agrário no jogo econômico comandado pelo mundo industrializado, bem como não in-

duz a uma arquitetura estável na economia mundial. Basta ver o momento atual, que continua a propiciar que apenas os fortes façam parte da sociedade econômica internacional a expensas dos fracos. Nesse caso, o fator a ser considerado não é a “vocaçãõ” agrária de alguns países menos desenvolvidos, caso da América Latina, nem isso os transformando em vítimas, porque tudo são escolhas, conscientes ou não, de permanecerem como agrários. Todavia, há que se atentar para o risco de, no fim, todos perderem.

1.3 CRISE DO CAPITALISMO E REGIMES TOTALITÁRIOS

A não-restauração da economia, como um sistema global de crescimento e desenvolvimento, propiciou a maior crise capitalista do planeta.

O clima de euforia e prosperidade econômica existente durante quase toda a década de 1920 desembocou no *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929, tendo como indutor principal a abordagem ganha-perde nas relações, reconhecidas nas seguintes ações: as práticas inglesas para o retorno ao padrão ouro; o subsequente salvamento da Grã-Bretanha por meio de taxas de juros baixos e dinheiro fácil em Nova York; as raízes políticas européias – reparações (extintas na depressão) e, principalmente, a hegemonia norte-americana na produção industrial do mundo, tornando-os, causa e concomitantemente, maior vítima da Depressão.

Magnoli (2004, p. 224) recupera o círculo vicioso da deflação desencadeado com o crash e agravado pelas políticas monetárias restritivas, pelas políticas comerciais protecionistas, adotadas nos principais países industriais. “As importações globais entraram em queda livre, retrocedendo de cerca de 3 bilhões de dólares em janeiro de 1929 para menos de 500 milhões em março de 1933.”

A profundidade da recessão, aqui já transformada em depressão global, é explicada pelo historiador Hobsbawm (1995, p. 95) na diversidade de seu alcance.

Na política, o alcance evidenciou-se nos levantes praticamente universais. Na América Latina, os

governos caíram como “paus de boliche”. Além da destruição da esperança na restauração da economia, a sociedade que compreendia o período anterior a 1913 viu a condenação e/ou a morte do liberalismo econômico. A globalização da crise deu-se em virtude de ter alcançado todos que faziam uso de transações impessoais de mercado; por isso, a URSS, isolada, ficou imune à crise.

Na economia, a gravidade foi decorrente da assimetria de desenvolvimento entre os Estados Unidos e o resto do mundo. Os Estados Unidos, com menor necessidade de importar capital, trabalho e produtos e, de posse de uma superprodução, aliada a uma fraqueza da demanda, proporcionada pela destruição dos mercados pela guerra, acabaram por solapar o sistema mundial, quando de sua retirada da economia mundial.

No social, houve o efeito desemprego, os produtores agrícolas e industriais foram obrigados a reduzir o ritmo e, com isso, demitiram milhões de trabalhadores. No decorrer da crise, o número de desempregados, conforme Cotrim (2002, p. 436), chegou a mais de 15 milhões de pessoas.

Todavia, antes de ser debelada e, em virtude de sua gravidade, a crise proporcionou o trio indutor do caos: inflação, desemprego e fome e, com isso, o reclame das massas, proporcionando as condições para o avanço dos regimes totalitários, nos quais o governo forte controla os diversos setores da vida social com uma linha política determinada por um partido único.

Nesse sentido, Hobsbawm (1995, p. 43) escreve que:

[...] em meados da década de 1920 [...] a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conhecerá desde a Revolução Industrial. E isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão, as forças políticas do militarismo e da extrema direita, empenhadas, num rompimento deliberado com os status quo mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos.

Os exemplos de governos totalitários mais marcantes foram o fascismo e o nazismo, que não vem ao caso aqui analisar, porém cabe uma comparação com o avanço populista, principalmente na América

Latina, já que a caótica situação social, decorrente da crise, foi extremamente propícia ao surgimento dos governos totalitários. Acredita Hobsbawm (1995, p. 97) “[...] que as massas são detentoras de parcas necessidades e sempre crêem em uma solução política para suas desesperanças e injustiças.”

Atualmente na América Latina isso é bem verdadeiro, as massas elegem populistas a “rodo” esperando o milagre que nunca vem, é a transferência da responsabilidade, herança colonial. Por outro lado, o norte (EUA), em sua luta por manter a hegemonia, continua a causar e também ser vítima dos acontecimentos atuais.

2 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A BUSCA DA PAZ

A Segunda Guerra foi causada basicamente por Adolf Hitler, ao buscar conduzir a raça ariana à supremacia do mundo. Objetivo megalomaniaco e ascensão reforçada por sentimentos de vingança, superioridade, caos social e governos totalitários – derivados da abordagem ganha-perde nas ações anteriores.

A conquista da paz dependeria de vários fatores, entre eles: substituir a estratégia até então normal de desenvolvimento – aumento de mercado via colonialismo –, não possível após o constrangimento nazista; alicerçar uma arquitetura geopolítica mundial – a ordem de Bretton Woods (LACERDA, 2003, p. 23-49) que, em síntese, pretendia recuperar o clássico modelo de livre comércio visto por muitos, como condição *sine qua non* para a paz e, ao lado disso, salvar o capitalismo como sistema, única forma de deter o avanço comunista. Os baluartes dos dois sistemas foram Washington e Moscou e suas relações apocalípticas que marcaram o mundo doravante.

A tentativa nazista de realizar seu megalomaniaco objetivo de um império universal marcou o fim do equilíbrio europeu, sendo substituído, depois da Segunda Guerra Mundial, pelo sistema bipolar da Guerra Fria.

A partir de então, Estados Unidos capitalista e União Soviética socialista dividiram ideologicamente

o cenário internacional, provando as palavras de Thomas Hobbes (apud HOBSBAWM, 2001, p. 224) “[...] a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida.”

Os norte-americanos encararam a Guerra Fria como uma cruzada a ser empreendida contra o comunismo, com valores absolutos, ou seja, “[...] para que eu ganhe o outro tem que, obrigatoriamente, perder.” E foi assim que os Estados Unidos firmaram seu complexo industrial-militar como mais um lucrativo mercado de exportação, usando, para isso, a capacidade excedente, o que acabou por se tornar um problema internacional sério após o fim da ordem bipolar em 1989, mantendo-se a supremacia concreta expressa claramente por Beschloss (apud HOBSBAWM, 1995, p. 233).

Vamos moldar nossa força e nos tornar os primeiros de novo. Não os primeiros se. Não os primeiros, mas. Mas os primeiros e ponto. Quero que o mundo se pergunte não o que o Sr. Kruschew está fazendo. Quero que eles se perguntem o que os Estados Unidos estão fazendo.

Enfim, extrema confiança à parte, a divisão vista hoje é confirmada na fragmentação do mundo, com a conformação dos blocos regionais que, em síntese, dispõem: de um lado, os países industrializados; de outro, os países em busca da industrialização; na espera de colher sobras de algo nas negociações, os subdesenvolvidos.

2.1 BRETTON WOODS

A tentativa de adoção de uma abordagem ganha-ganha nas Relações Internacionais aconteceu no pós-guerra, em razão, inclusive, do aprendizado pela dor. A visão integrada (MAGNOLI, 2004, p. 227) e ideal da ordem no pós-guerra continha de um lado as propostas de segurança que originaram as Nações Unidas e, por outro, as econômicas que originaram a Conferência de Bretton Woods² e que tinham como objetivo “[...] uma comunidade política compartilhada no pós-guerra, ba-

seada em valores liberais de liberdade política (lei) e competição econômica (comércio).”

Na verdade, o que conseguiram foi restabelecer uma ordem monetária internacional, baseada em um compromisso (MAGNOLI, 2004, p. 228) entre os dois projetos apresentados: o Plano Keynes e o Plano White que, em resumo, refletiam a tríade de políticas de estabilidade de preços, mercados flexíveis e comércio internacional, na linha do liberalismo; com alinhamentos para a reconstrução da Europa e Japão, padrão dólar-ouro, paridades monetárias estáveis e eliminação dos controles cambiais. A institucionalização, que daria sustentáculo à nova ordem, estaria a cargo de um tripé de organizações internacionais, porém apenas duas frutificaram na Conferência – Bird, hoje Banco Mundial, e o FMI.

Da ambição da Organização Internacional do Comércio (OIC), o que se conseguiu foi um acordo frágil, entretanto com grande sucesso tarifário por mais de 50 anos. Esse acordo foi substituído, sem ruptura (LACERDA, 2003) pela Organização Mundial do Comércio (OMC)³, organismo internacional, devidamente constituído, e em continuação ao Gatt, porém com mais poderes para regulamentar o comércio internacional na busca de um comércio mais igualitário, justo e sem a supremacia do mercado, ou seja, na busca de uma abordagem ganha-ganha no comércio internacional.

2.2 INTEGRAÇÃO EUROPÉIA

A utilização em larga escala da abordagem ganha-perde nos relacionamentos da Europa caracterizava um modelo europeu de viver, em que pequenos territorialmente alimentavam grandes pensamentos de expansão e os punham em prática via colonialismo e força dos exércitos.

Após as guerras e, com a ajuda norte-americana, que por força da Grande Depressão havia tido um grande aprendizado econômico – não havia como ser próspero sozinho – os europeus, ironicamente, alcançam sua ambição, já que essa expansão territorial que tanto buscaram militarmente, de certa forma, acabou por acontecer na paz. Criou-se um

continente geográfico econômico, ao utilizar-se da integração para derrubar suas fronteiras políticas e limitações tributárias, com conseqüências profundas e abrangentes, alcançando a esfera econômica, política e militar.

É decorrente disso que hoje se esperava, apesar de não ser obrigação, certa retribuição com o mundo em desenvolvimento, todavia os europeus parecem não lembrar que foi a abordagem ganha-ganha norte-americana que colaborou com a retomada do seu desenvolvimento. Isso dito, porque hoje nem sequer cogitam diminuir os subsídios agrícolas, fazendo um ganha-ganha com o mundo essencialmente agrário.

A abordagem ganha-perde da década de 1970 foi com certeza, primeiramente, obra da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o cartel dos produtores de petróleo quando aumentaram súbitamente os preços do petróleo, traduzidos em dois choques: 1973 e 1979, que implodiram a prolongada estabilidade de preços, provocando surtos inflacionários generalizados e, com a recusa norte-americana em continuar a lastrear os dólares em circulação no mundo, com as reservas nacionais em ouro, acabou por encerrar o sistema de paridade fixa e livre conversibilidade da ordem de Bretton Woods.

A inovação tecnológica, competência dos industrializados, terminou por solidificar o capitalismo e proporcionar a globalização, principalmente a partir da década de 1970, em que as crises, na análise de Eric Hobsbawm (1995, p. 401), “[...] assentaram à instabilidade e esvaíram-se as referências.” Iniciou-se a década de 1980 e ainda não estava claro o que havia acontecido.

Somente na década de 1990 percebeu-se a irrecuperabilidade dos efeitos das crises. Até porque se assentou um poderoso fluxo de investimentos produtivos e financeiros, de caráter global, oriundos do desentrelaçamento proporcionado pelo fim da disciplina de Bretton Woods e, com a liquidez gerada pelos choques do petróleo circulando por meio das instituições bancárias de alcance global, dirigindo-se para as emergentes economias da Ásia, América Latina e Europa Oriental, o que ocasionou um acelerado crescimento de empréstimos para países em desenvolvimento.

Essa bolha de endividamento externo e as altas dos juros internacionais, no início da década de 1980, atingiram fortemente e, principalmente, as economias latinas que experimentaram violentos movimentos de fugas de capitais e, em conseqüência, súbitas desvalorizações cambiais, seguidas de profundas recessões ou depressões econômicas enfrentadas com empréstimos de emergência coordenados pelo FMI.

Essa expansão financeira aos mercados globais, proveniente da onda de inovações tecnológicas, ocasionou especulação similar a de 1920, conforme Magnoli (2004, p. 224) explica na tese da Nova Economia.

A riqueza financeira gerada na Bolsa de Nova York estimulou a economia e sustentou o crescimento do consumo americano até o final da década de 1990. Um dos efeitos do fenômeno foi o surgimento de uma nutrida corrente de teóricos da “Nova Economia” que, enxergando o mundo por meio das lentes de aumento das bolhas especulativas, sustentaram que as tecnologias da informação estariam propiciando um novo ritmo de crescimento econômico sustentado. A tese radical dessa corrente chegava a propor que teria sido suprimida a etapa recessiva do ciclo econômico e alcançado o estágio da prosperidade permanente.

Ora, especulação e desenvolvimento sustentado com certeza não são sinônimos, aliás, nem sequer convergem. Assim, como não poderia deixar de ser, essa bolha especulativa estourou no final da década de 1990 e marcou o fim definitivo da ordem de Bretton Woods, já que foi a instabilidade cambial que arruinou a previsibilidade do ambiente econômico internacional, provocando as sucessivas crises e um clima de insegurança e ressentimento – sentimentos até normais para quem perde.

A falta de instrumentos para administrar “os caprichos da economia mundial”, ou seja, o enfraquecimento do Estado e a crença na transitoriedade da crise permitiram a volta da economia Keynesiana e, em não se concretizando a crise cíclica, as dívidas assolaram os países e, desde então, a mudança é uma constante pela inexistência de um status quo, a não ser que se considere a hegemonia americana como um.

2.3 A TECNOLOGIA

A tecnologia que precisa de mercados é inquietadora em virtude da impessoalidade, busca mercados com um apetite imperial e induz países temerosos a ficar fora do jogo internacional, diante do exemplo soviético, a buscar acordos comerciais para garantir pequenos cartéis de mercado – a forma mudou, mas o homem ainda permanece uma incógnita em suas ações e reações.

Globalização no aspecto econômico é a unidade operacional básica, as transnacionais, carro-chefe da globalização, produzem o avanço tecnológico que necessitam dessa interdependência porque precisam de mercados. O comércio gera riquezas, porém exclui, tornando vulneráveis aqueles segmentos que não detém técnicas e procedimentos em nível de competição internacional. O mundo hoje gira em torno da eficiência que cria a riqueza, no entanto muitos não vêem a cor de seus benefícios.

Em contrapartida, existem benefícios, como maior liberdade de intercâmbio de bens, idéias e conhecimentos. O problema a ser discutido é que a balança pende para os industrializados. Suas vantagens estão fora do alcance de muitos, e os riscos reais, ao alcance de todos. Basta ver o aumento da corrupção, da atuação terrorista e a incerteza do futuro, que não mais pertence ao homem, e sim ao senhor “mercado”, acabando de colocar a governança global em crise e na continuidade das ações, na luta pela sobrevivência, perpetua-se um ganha-perde mundial, como comprova o fracasso da Rodada de Doha.

3 CONCLUSÃO

A abordagem dada às relações no decorrer do século XX foi especificamente ganha-perde, em que a ótica percebida era: “eu só ganho se o outro perder.” No século XXI percebe-se claramente a continuidade da abordagem, apesar de melhor disfarçada e da evolução evidente.

Os fatores que impedem o ganha-ganha, que poderiam ser vistos no desenvolvimento sustentável

do planeta são comprovados hoje, a exemplo, na especulação imobiliária norte-americana, na desvalorização predatória da moeda chinesa, na hegemonia dos países desenvolvidos mantida a todo custo e na adoção do mercantilismo puro mascarado no protecionismo disfarçado.

Dessa forma, observa-se a mesma atitude de antes, a abordagem ganha-perde nas relações econômicas, e se não são fatores suficientes para uma crise com a profundidade de 1929, mostram sobremaneira que o passar do tempo mascarou o aprendizado no interesse próprio, todavia é hora de acordar e saber que o desenvolvimento sustentado, meta mais buscada no pós-guerra e com mais reveses, tenha êxito no século XXI.

Deixar de ver as crises como fatalidades econômicas, como preconizam muitos economistas, é deixar de mascarar a realidade. Afinal, as crises econômicas são cíclicas apenas porque as atitudes humanas reincidem na abordagem ganha-perde, no interesse próprio em detrimento do coletivo. A mudança é possível – o homem pensa, sofre, reflete e então evolui, essa sistemática poderá fazer com que as ações predatórias deixem de ser recorrentes.

É até óbvio que, relendo os acontecimentos do século XX, percebe-se que a mudança não ocorre por questão de ser bonzinha, e sim pelo custo econômico embutido. Assim, sem fatalismo ou pessimismo, é provável que nova postura surja após aprendizados de novas, ou até mesmo, velhas dores.

Veja-se: contemporaneamente, uma crise mundial, envolvendo o maior mercado do mundo, que detém a maior concentração deficitária (2/3 do déficit em conta corrente global), faria, talvez, o mundo ter um custo econômico que propiciasse o aprendizado e a mudança de atitude.

Obviamente os indícios não determinam que o momento de bonança na economia mundial está acabando, todavia cabe um olhar atento para a instabilidade chinesa: política, financeira e socialmente, é um risco individual para a economia global alastrando-se para o mundo em pequenos choques. Outro olhar atento deve estar direcionado ao hábito político norte-americano de envolver-se com problemas de outros países, como é o caso do Iraque, a

conta pode ser muito alta, seja em represálias, seja disseminação de instabilidade mundial e de recursos financeiros.

Todavia, a hegemonia norte-americana dificilmente será quebrada, até por conta dos caprichos eco-

nômicos mundiais. Afinal, nas turbulências econômicas, a moeda corre para a segurança dos títulos do tesouro americano, derrubando as suas taxas de juros, o que acaba por ser um mecanismo auto-equilibrante e mantenedor da especulação.

The win and lost approach in the international relations

Abstract

The present article had the goal to present the relationships among the countries that permeated the whole XX century, correlating with the current events, in order to check if there were changes in the way they are relating among them. For that, an historical revision has been used as methodological procedure to correlate the current events. The result of this research has been the fact that international relationships, in spite of the evolution, are still based on the idea of having a winner in one side and a loser in other side, instead of having all winners. Therefore, because of this unbalanced relationship among nations, for not allowing a maintainable development, the whole global economy sinks in crises.

Keywords: International relationships. Crisis. Economy. Win-loose.

Notas explicativas

¹ Referência histórica retirada de: PRESSOTTO, Telma de Fátima. *A integração como estratégia de desenvolvimento na Europa e América Latina: uma visão para a iniciativa privada*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

² A Conferência de Bretton Woods realizou-se em julho de 1944, com a presença de quarenta e quatro países em New Hampshire (EUA).

³ Vide sobre o assunto Cherem, Giselda da Silveira. *Organização Mundial do Comércio*. Curitiba, 2003.

REFERÊNCIAS

BELUZZO, Luiz Gonzaga. **É cedo demais para esquecer o terremoto financeiro**. Carta Capital, 28 jul. 2007.

GALBRAITH, John kennety. **A era da incerteza**. Tradução F. R. Nickelsen Pellegrini. São Paulo: Pioneiras, 1998. Tradução de: The age of unceainly.

GALEANO Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 19. ed. Tradução Galeno Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Tradução de: Las venas abiertas de América Latina.

GAZETA MERCANTIL. **Riscos da maior economia do mundo**. São Paulo, 19 jul. 2007. Caderno A, p. 2.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: breve século XX-1914-1991. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Tradução de: Age of extremes: the shorth twentieth century: 1914-1991.

LACERDA, Tatiana. **Comércio Internacional e protecionismo**: as barreiras técnicas na OMC. São Paulo: Aduaneiras, 2003. p. 23-49.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais**: teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRESSOTTO, Telma de Fatima. **A integração como estratégia de desenvolvimento na Europa e América Latina**: uma visão para a iniciativa privada. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

THUROW, Lester. Motivos pelos quais este não será um século chinês. Tradução George El Khouri Andolfato. **The New York Times**, 19 ago. 2007.

Recebido em 26 de novembro de 2007
Aceito em 22 de julho de 2008

